

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS CAXIAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EVASÃO DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO EM CAXIAS MARANHÃO:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA PARA ALÉM DA “FALTA DE INTERESSE”.**

DANIELE SILVA DA CONCEIÇÃO

**Caxias - MA
2026**

DANIELE SILVA DA CONCEIÇÃO

**EVASÃO DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO EM CAXIAS MARANHÃO:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA PARA ALÉM DA “FALTA DE INTERESSE”.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Sociais da Universidade Estadual do Maranhão
UEMA- Campus Caxias, para a obtenção do grau
de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Ma. Cleia Maria L. Azevedo.

**Caxias -MA
2026**

C744e Conceição, Daniele Silva da

Evasão dos alunos no ensino médio em Caxias Maranhão: uma análise sociológica para além da falta de interesse / Daniele Silva da Conceição. __Caxias: CESC/UEMA, 2026.

49f.

Monografia (Graduação) – Centro de Estudo de estudos Superiores de Caxias, Cursode Licenciatura em Geografia.

Orientador: Profª. Ma. Cleia Maria L. Azevedo.

1. Evasão escolar. 2. Juventude. 3. Políticas públicas. I. Título.
CDU 37.091.212-026.516

DANIELE SILVA DA CONCEIÇÃO

EVASÃO DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO EM CAXIAS MARANHÃO: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DA “FALTA DE INTERESSEDE.”

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovada em: 07/ 07/ 2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CLEIA MARIA LIMA AZEVEDO**
Data: 15/07/2026 08:34:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Cleia Maria Lima Azevedo (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ROSANE LOPES E SILVA**
Data: 24/07/2026 09:24:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Rosane Lopes e Silva

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS DANIEL DA SILVA SANTOS**
Data: 23/07/2026 18:29:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr. Carlos Daniel da Silva Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ser tudo em minha vida e por me conceder forças e bênçãos em cada conquista até aqui.

À minha orientadora, Dra. Cleia Maria, pela confiança depositada e pelas valiosas recomendações ao longo deste trabalho.

À minha mãe, Maria Eunice, que, mesmo não estando presente, sempre me incentivou desde a infância a estudar e buscar independência.

Ao meu pai, Miguel, pelo apoio constante e pelos conselhos que me ajudaram a persistir nesta jornada.

À minha irmã, Dayane, pela colaboração durante a coleta de dados.

À minha amiga e confidente, Nayres, pelo auxílio nos caminhos percorridos durante o curso e pelo suporte emocional.

Às minhas amigas, Mikaelle, Nayana e M^a Aparecida, pelo incentivo e pelas orientações na trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço à UEMA – Campus Caxias, pela oportunidade de adquirir conhecimento e pela possibilidade de realizar minha graduação.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”
— Darcy Ribeiro

RESUMO

Este trabalho aborda a evasão escolar no ensino médio e suas motivações, considerando a relevância que a temática tem gerado para a sociedade. O objetivo foi compreender os fatores socioculturais que levam os jovens à evasão do ensino médio na cidade de Caxias, Maranhão. A pesquisa desenvolveu-se em duas escolas da rede pública, por meio de entrevistas com dois membros da direção, quatro alunos que haviam evadido e retornado, além de dois jovens que se encontram em situação de evasão. A investigação evidenciou o impacto da evasão escolar no desenvolvimento educacional e social da juventude, reforçando a importância do tema. Os resultados obtidos demonstraram que, mesmo com a existência de políticas públicas de incentivo à permanência dos estudantes, a evasão ainda é significativa. Constatou-se que as causas não se restringem à falta de interesse, mas envolvem problemas diversos, desde questões de saúde até o impasse entre trabalho e escola, o que tem gerado uma crise especialmente entre alunos de baixa renda.

Palavras-chave: Evasão escolar; Juventude; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study addresses school dropout in high school and its motivations, considering the relevance that the topic has generated for society. The objective was to understand the sociocultural factors that lead young people to drop out of high school in the city of Caxias, Maranhão. The research was conducted in two public schools through interviews with two members of the school administration, four students who had dropped out and returned, and two young people currently in a dropout situation. The investigation highlighted the impact of school dropout on the educational and social development of youth, reinforcing the importance of the issue. The results showed that, even with the existence of public policies encouraging students to continue their studies, dropout rates remain significant. It was found that the causes are not limited to lack of interest but involve diverse problems, ranging from health issues to the conflict between work and school, which has strongly affected low-income students.

Keywords: School dropout; Youth; Public policies.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. PROCESSOS HISTÓRICOS DA ORIGEM DA ESCOLA	10
3. ENSINO MÉDIO NO BRASIL: IMPASSES E DESAFIOS	16
4. DIMENSÕES DE JUVENTUDE E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS	20
5. EVASÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E FATORES EXPLICATIVOS	26
6. ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR: AS MOTIVAÇÕES PARA ALÉM DA FALTA DE INTERESSE	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS:	42
ANEXO A	49

1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica tem proporcionado avanços significativos na etapa dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), conforme registrado pelo portal oficial do governo federal. Todavia, o Ministério da Educação (MEC) tem direcionado investimentos em iniciativas como o programa Pé-de-Meia: “[...] incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, contribuindo para reduzir as taxas de abandono e evasão escolar” (MEC, 2025). Tal medida busca mitigar os desafios crescentes enfrentados no ensino médio, especialmente no que se refere ao aumento das taxas de evasão escolar entre estudantes da rede pública.

A relevância deste estudo consiste em analisar as consequências trazidas por essa barreira e em sensibilizar a população quanto à necessidade de elaborar estratégias que favoreçam o retorno dos estudantes às escolas, sobretudo aqueles de baixa renda. Sob essa ótica, “é sabido que, através da educação, é possível alcançar ascensão socioeconômica” (Bourdieu; Passeron, 1975).

Dessa forma, o ensino médio, que de acordo com o art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, “o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos” (Brasil, 1996), adquire um papel central na fase conclusiva da educação básica para os jovens que se encontram em preparação para o mercado de trabalho ou para o ingresso no ensino superior. É nesse momento que ocorre a consolidação das habilidades essenciais para a mobilidade social, em especial para os estudantes de baixa renda. Na cidade de Caxias, Maranhão, existem 260 escolas, das quais 222 são públicas, sendo 19 estaduais e uma correspondente ao Instituto Federal, segundo dados do portal Escolas.info (2026).

Nesse contexto, a pesquisa aqui delineada teve como questão-problema: o que leva os jovens a evadirem do ensino médio na cidade de Caxias, Maranhão, em especial nas escolas públicas? A partir dessa indagação, foram estabelecidos os seguintes objetivos: compreender os fatores socioculturais que contribuem para a evasão dos jovens no ensino médio das escolas públicas da zona urbana de Caxias; identificar os principais motivos que levam ao abandono escolar; mapear os perfis socioeconômicos desses estudantes evadidos; e verificar as consequências dessas ações na vida desses jovens.

A presente pesquisa foi realizada com quatro alunos que haviam evadido e retornado, dois em situação de evasão, todos com idades entre 17 e 19 anos, além de um membro da direção de duas instituições públicas de ensino médio do município de Caxias-MA. Constatou-se que todos os jovens pertencem a famílias de baixa renda, sendo que um deles é oriundo da zona rural e utiliza o transporte escolar para se deslocar até a escola.

Para a aplicação da pesquisa, utilizou-se um questionário como instrumento de apoio à entrevista semiestruturada, que, segundo Minayo (2012), consiste em um conjunto de perguntas elaboradas de modo a possibilitar a exploração de outras questões no decorrer da entrevista, permitindo maior liberdade ao entrevistado e ampliando a coleta de dados. Tal recurso mostrou-se necessário para os resultados aqui apresentados, uma vez que contribuiu para o aprofundamento das informações analisadas.

Partindo da perspectiva sociológica, os motivos que levam os jovens a evadir do ensino médio podem estar relacionados a problemas socioeconômicos decorrentes da desigualdade social presente na região caxiense, bem como a questões pessoais, como a preocupação com o futuro diante da proximidade da vida adulta. É de extrema relevância que esta pesquisa contribua para o desenvolvimento das Ciências Sociais, uma vez que se fundamenta em uma reflexão sociológica realizada por meio deste projeto, utilizando métodos e técnicas aprendidos ao longo do curso, com base em autores como Émile Durkheim (1999), Karl Marx (1904-1905) e Max Weber (1867).

O projeto também apresenta contribuição social ao possibilitar a compreensão dos aspectos que levam os estudantes das escolas públicas de Caxias a evadir do ensino médio, incentivando as organizações competentes a refletirem e buscarem soluções para enfrentar o problema. A expectativa é que, no futuro, a economia da cidade seja fortalecida, já que uma população com, pelo menos, a educação básica completa terá melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Ademais, este estudo revela-se importante, uma vez que, ao longo do curso, foram oferecidas disciplinas como Prática Curricular, Didática e Estágio Supervisionado, que possibilitaram a ida a campo e a observação mais atenta dos jovens, permitindo reflexões sobre seus questionamentos, sua visão de mundo e suas expectativas de futuro.

Diante disso, tornou-se necessário realizar uma investigação sobre essa temática e analisar detalhadamente os principais fatores que promovem a evasão escolar. Para tanto, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: Introdução; capítulo 1, sobre os processos históricos da origem da escola, descrevendo aspectos do ensino; capítulo 2, sobre o ensino médio no Brasil, abordando impasses e desafios enfrentados pelos jovens;

capítulo 3, sobre as dimensões da juventude e suas relações sociais, contemplando os contextos vivenciados e suas percepções; capítulo 4, sobre a evasão escolar, com perspectivas teóricas e fatores explicativos, discutindo os motivos da evasão a partir de autores clássicos e contemporâneos; e, por último, a análise da evasão escolar, destacando motivações que vão além da falta de interesse. O trabalho encerra-se com as considerações finais.

2. PROCESSOS HISTÓRICOS DA ORIGEM DA ESCOLA

Conforme Comenius (2001), após a abertura da primeira escola, esta foi denominada Escola Judaica, criada após o dilúvio. Em Israel, todas as suas cidades possuíam instituições escolares, construídas pelo povo e chamadas de sinagogas, espaços destinados ao ensinamento das leis, que permaneceram até o tempo de Cristo. Posteriormente, os egípcios e gregos, com suas práticas educativas, influenciaram diretamente os romanos, os quais passaram a fundar diversas escolas em seus territórios, ampliando o conhecimento. Na Idade Média, destaca-se Carlos Magno (Imperador em 800), que incentivou a criação de escolas ligadas às catedrais, influenciando imperadores cristãos, reis, príncipes e governadores, os quais passaram a estabelecer diversas escolas em suas cidades, consolidando a escolarização.

As escolas fundadas eram destinadas exclusivamente aos filhos de famílias ricas, da alta sociedade, ou seja, é observado que existia uma exclusão relacionada aos filhos da população pobre, existindo, desde essa época, a desigualdade. A partir dessa realidade, Comenius (2001 s. p.) estabeleceu “que devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas, em todas as cidades, aldeias e casais isolados”. Essas transformações e ideais voltados para a abertura de escolas, foi um movimento essencial para a expansão da educação, que seguiu posteriormente nos séculos seguintes.

Todas essas escolas, utilizavam variados métodos, assim sendo, Comenius (2001) explica que, de acordo com a tradução realizada pelo professor Dr. Joaquim Gomes feita em seu livro a *Didactica Magna* sobre as oito causas dos atrasos escolares, destaca a quinta causa, expressando que:

cada escola tinha o seu, cada professor tinha o seu, e até o mesmo professor usava um para ensinar uma arte ou língua e outro para ensinar outra arte ou língua; e, o que é pior, para ensinar uma e a mesma coisa, nem sempre usava o mesmo método, de modo que os alunos poucas vezes sabiam bem de que se tratava. Daqui as hesitações e os atrasos, e também que certas disciplinas fizessem nascer a náusea ou o desespero, antes mesmo de a elas se chegar, de modo que muitos nem sequer as queriam começar a estudar (2001 s. p.).

A escola é uma instituição de ensino que oferece educação para crianças e adolescentes, com o intuito de formar indivíduos para a sociedade, com perspectivas sociais, culturais e cognitivas. A escola é responsável pelo ensino básico desde a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Conforme Saviani (2008) “A escola, como

instituição social, nasceu da necessidade de transmitir saberes acumulados e formar cidadãos, sendo moldada pelas condições históricas de cada sociedade”. A partir desse pensamento, as instituições escolares passaram a ser vistas dessa forma, para que os indivíduos, por meio do conhecimento obtido, fossem sendo moldado para conseguir viver em sociedade e gerar normas formas de sobrevivência.

De acordo com o livro *História da Educação: Licenciatura em Matemática* (2012), a educação foi formalizada no período do Brasil Colônia quando os jesuítas chegaram ao país no ano de 1549, o responsável pela orientação era o padre Manoel da Nóbrega que, juntamente com os demais religiosos da época, instruíam e catequizavam os indivíduos. A partir da expulsão desses sacerdotes, determinada pelo Marquês de Pombal. Este implantou as reformas pombalinas que tinha

O objetivo fundamental dessa mudança era a implantação do ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos). Muitas mudanças ocorreram até que se chegasse à pedagogia dos dias de hoje. As principais reformas foram Benjamim Constant (1890), Epiácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915), João Alves da Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1932), Gustavo Capanema (1946) e as Leis de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996 (Melo 2012, p. 9).

Os cursos superiores no Brasil, tiveram início no século XIX, como Economia (1808), Matemática Superior (1809), Agricultura (1812), História (1817), Química (1817) e Desenho Técnico (1818). Esse movimento rompeu com os costumes jesuítas, centrados na retórica, priorizando os conhecimentos científicos, direcionados para os interesses locais. Essa medida esteve relacionada à conjuntura econômica da época, que foi marcada pelas dívidas herdadas de Portugal com a Inglaterra, gerando dependência externa e necessidade de criar quadros técnicos e administrativos capazes de atender às demandas do mercado europeu (Melo, 2012).

A educação brasileira no período imperial (1822-1889) teve uma forte caracterização decorrente da elitização e do baixo alcance social. Em 1824, foi estabelecida, pela Constituição a instrução primária de forma gratuita, porém ela não tinha abrangência universal mantendo acesso restrito somente para os mais privilegiados (Peres, 2010). Foi determinado pela Lei de 1827 que fossem criadas escolas de primeiras letras em vilas e cidades, entretanto houve limitação em sua implementação (Silva e Santos, 2015).

Já em 1834 ocorreu um Ato Adicional, que transferiu a responsabilidade pelo ensino primário e secundário transferidos para as províncias, o que gerou desigualdades

nas regiões (Sousa; Oliveira et al., 2018). Nesse contexto, foi instituído o Colégio Pedro II, em 1837, tornando-se uma referência nacional no ensino secundário, focando na formação das elites administrativas e intelectuais (História e Memória do Brasil, 2012). Posteriormente ocorreram reformas como a de Couto Ferraz, em 1854, buscando a organização do ensino e a criação de escolas normais para a formação de professores, o que não impediu a permanência do elevado analfabetismo no país. Assim, houve a consolidação da educação no Império como um instrumento de formação das elites, sem alcançar o resto da população.

Ocorreu um marco na educação durante o período da Primeira República (1889–1930), com a descentralização prevista pela Constituição de 1891, que atribui a responsabilidade do ensino primário e secundário aos estados, resultando em grandes desigualdades regionais (Ferreira; Carvalho; Neto, 2016). A introdução dos princípios positivistas ao longo da Reforma Benjamin Constant, em 1890, defendia que a escola pública, gratuita e laica, mantinha o acesso restrito às elites, (Barreto et al., 2024). Mais tarde, a Reforma de Epitácio Pessoa, em 1901, buscou reorganizar o ensino secundário e superior, mas sem romper com o caráter elitista da instrução (Barreto et al., 2024).

No ano de 1930, durante a Era Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e as reformas de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), que estruturaram o ensino secundário e superior, relacionando-os com às necessidades da formação da população e ao processo industrialização (Carvalho, 2025). Apesar de todos esses progressos a taxa de analfabetos permaneceu elevada, assim como havia na primeira República e no Império fortalecendo-se como instrumento de modernização e formação de quadros técnicos, todavia a maioria da população continuava sem acesso.

Durante a chamada Segunda República ou República Nova (1930–1945), ocorreu um processo de centralização e modernização na educação brasileira, especialmente a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, como mencionado anteriormente. Nesse período, a estruturação do ensino secundário em ramos clássico e científico vinculou-se às necessidades da industrialização e da formação nacional (Saviani, 2008). Essas medidas visavam articular a educação ao projeto de modernização do Estado, mantendo ainda o acesso limitado e altas taxas de analfabetismo.

A educação pública se expandiu com a redemocratização no período pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, embora as desigualdades ainda estivessem presentes. Em 1961 ocorreu a sistematização e organização da educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, dez anos depois, intensificou a obrigatoriedade do

ensino de primeiro grau, hoje denominado ensino fundamental. Em 1988, a educação recebeu reconhecimento como direito de todos e dever do Estado, por meio da Constituição Federal, o que ampliou o acesso, garantindo sua gratuidade e buscando sua universalização (Cury, 2002). A nova LDB de 1996 regulamentou o sistema educacional estabelecendo normas fundamentais para sua organização.

Atualmente, o ensino brasileiro enfrenta impasses quanto à sua qualidade, à permanência dos alunos na escola e à diminuição das desigualdades sociais. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criado em 2007 e que, em 2020, tornou-se permanente, tem buscado financiar de forma adequada e equitativa a garantia do direito à aprendizagem com redução das desigualdades. Além disso, há a implementação de algumas políticas que buscam ampliar o acesso à formação superior, destacando-se as políticas de cotas raciais e sociais nas universidades públicas (Aranha, 2006). Apesar desses avanços, ainda estão presentes no Brasil problemas estruturais, como as disparidades existentes em várias regiões, a evasão escolar e os baixos índices educacionais, evidenciando a necessidade de reformular as políticas educacionais vigentes.

Santos et. al. (2025) comentam em seu artigo que a instituição de ensino passou por transformações ao longo dos anos de 1800 a 1900, deixando de lado uma prática baseada de transmissão de saberes com conhecimento superficial iniciando um processo de,

praticar mais a função de instrução do que educação, isso se dá no decorrer do século XIX e XX, o ensino já costumava ser obrigatório na maioria dos países. Dessa forma, a escola passou a receber mais estudantes, todavia, ela, de um modo geral, não estava preparada para essas mudanças. A escola que sempre foi uma instituição elitista não poderia transformar-se rapidamente e sem a devida preparação numa escola democrática. Por conseguinte, a escola foi marcada pela evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas relacionados à expansão do ensino (Santos et. al. 2025, p. 02).

A citação apresenta uma análise histórica, sendo possível perceber como os problemas existentes na educação são consequências do passado de desigualdade e discriminação contra com a população mais vulnerável, que enfrentava a fome e a falta de oportunidades para sair da pobreza.

A educação básica no Brasil percorreu um longo caminho até os dias atuais, enfrentando inúmeros percalços históricos, sociais e metodológicos. Durante séculos, marcou-se por desigualdade que ainda são enfrentadas até hoje, além da falta de

regularidade nos métodos de ensino e ausência de objetividade pedagógica, que contribuíram para os atrasos no processo de aprendizagem e também para a desmotivação enfrentadas pelos estudantes em determinadas disciplinas. Com o tempo, ocorreram transformações no sistema educacional e os debates sobre os métodos pedagógicos que visavam superar as dificuldades abrangendo um maior acesso na qualidade e permanência do ensino. Assim, o caminho da educação básica brasileira mostra um processo contínuo de construção e aprimoramento, marcado por desafios em suas estruturas e pela necessidade de garantir uma formação mais equitativa e significativa para todos os alunos.

Em 2017, ocorreu uma mudança no último estágio da educação básica, com a implementação do Novo Ensino Médio, regulamentado pela Lei nº 13.415/2017. De acordo com Oliveira et al. (2025), “essa reforma propôs mudanças significativas na estrutura curricular, com o objetivo de tornar o ensino mais flexível e conectado às demandas do século XXI”. No entanto, observa-se que essa mudança gerou debates sobre sua implementação nas redes de ensino, bem como sobre as diferenças entre as redes pública e privada. Essa divergência é perceptível porque enquanto as escolas particulares apresentam maior autonomia e investimento em infraestrutura, tecnologias e formação docente, a rede pública enfrenta desafios relacionados à escassez de recursos, à sobrecarga dos professores e à redução da carga horária de componentes curriculares fundamentais, como Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Diante dessa análise, Oliveira et al. (2025) compreendem que a dependência do ensino público em relação ao Estado gera um conflito, visto que este é o responsável pela oferta da educação para todos. Entretanto, ao mesmo tempo, acaba sendo também um dos responsáveis pelas dificuldades enfrentadas por docentes e discentes no contexto educacional. Além disso, os professores, muitas vezes, não são devidamente valorizados e ainda precisam repensar constantemente formas de transmitir o conhecimento sistematizado, de modo que todos os alunos consigam aprender e não sejam prejudicados. Nesse sentido, como afirmam em seu artigo Dayrell et al. (2014):

Com a chegada à educação média dos *Outros* adolescentes, jovens, adultos e de outros docentes, somos obrigados a reconhecer a heterogeneidade, a pluralidade, as diferenças feitas tão desiguais em nossa sociedade. Um reconhecimento nada fácil em uma tradição curricular que se pautou pela homogeneidade (p.04).

As transformações enfrentadas com o Novo Ensino Médio espelham um desequilíbrio que, embora tenha como objetivo central a flexibilização e a personalização

da aprendizagem, acabam reproduzindo as disparidades presentes no sistema educacional brasileiro. Enquanto a instituição privada consegue se adaptar às novas diretrizes com planejamento e infraestrutura adequada, a instituição pública precisa lidar com os impasses administrativos e estruturais, que comprometem o alcance dos objetivos previstos pela reforma (Oliveira et al., 2025). Fica evidente que, mesmo sendo uma proposta pensada para melhorar o ensino público, a reforma não consegue alcançar plenamente esse objetivo devido às desigualdades existentes nesse sistema. Nesse sentido, segundo a Lei nº 14.945/2024, que altera a LDB organização do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder a heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento (BRASIL, 2024). Em decorrência disso fica esclarecido que a educação enfrenta muitos desafios os quais, serão percorridos no capítulo seguinte.

3. ENSINO MÉDIO NO BRASIL: IMPASSES E DESAFIOS

O ensino médio é um momento crucial para a formação dos jovens, tendo em vista a consolidação dos saberes adquiridos no ensino fundamental, além de preparar os estudantes para a vida adulta. Cumpre acrescentar que esse também é um período de preparo para o ingresso no ensino superior e/ou no mercado de trabalho. Segundo Saviani (2008, p. 17), “O ensino médio constitui um nível de ensino que se situa entre a educação básica e a educação superior, desempenhando a função de articulador entre elas.

Em conformidade com o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

À luz deste fundamento e seguindo a mencionada lei o art. 21 estabelece,

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

Sendo este último do inciso primeiro uma representação das fases finais da educação básica, sendo ofertado nos três anos (1º, 2º e 3º), com a finalidade de preparar o jovem para a vida adulta. Constituindo ao Estado, o cumprimento da legislação vigente, garantir o acesso universal ao ensino médio.

Perante o exposto torna-se evidente que o espaço escolar não é somente de caráter social, de caráter político, uma vez que, ao adentrar no mercado de trabalho o indivíduo passa a contribuir para a economia do país com sua mão de obra além de rentabilidade para a nação. Os alunos que compõem essa etapa do ensino médio são jovens de 15 a 18 anos na situação regular, para aqueles que estão atrasados segundo o período estabelecido para se encaixar no ensino regular são ingressados no EJA (educação de Jovens e Adultos). Configurado o artigo 23

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (LDB 2017)

Apesar disto, o ensino como direito garantido pela constituição é legalmente recente visto que,

O Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica, considerada dos 4 aos 17 anos, só foi efetivamente reconhecido a partir da emenda constitucional 59 de 2009 e incluído no texto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em abril de 2013. Portanto, é absolutamente recente seu reconhecimento como direito a ser garantido aos jovens brasileiros. (Dayrell, Carrano, Maia 2014, p. 7)

A etapa do ensino médio é muito importante para os adolescentes, assim como as outras fases da vida, pois se aproxima de um grande passo: adentrar no mercado de trabalho, como previsto na lei acima, momento em que esse jovem passa a ser um cidadão ativo na sociedade. Uma vez que é sabido que, para ter um emprego com remuneração vantajosa, é necessária uma educação de qualidade e completa, com pelo menos a educação básica concluída. Ou seja, para um indivíduo exercer um cargo, onde quer que seja, ele terá que obter certo nível de conhecimento para se qualificar à vaga na qual deseja se inscrever. Além disso, sabe-se que, quanto mais pessoas trabalhando, maior será o consumo e, conseqüentemente, isso gera lucro e contribui para que a economia de uma nação se mantenha em funcionamento, como dito por Ferreira e Oliveira (2020).

Os estudantes do ensino médio encontram-se em uma fase de transição para a vida adulta e, em muitos casos, já exercem trabalhos informais frequentemente. Essa integração prematura no ambiente profissional pode ser concretizada tanto pelo apoio financeiro às famílias quanto à satisfação de necessidades pessoais. Entretanto, a desigualdade de oportunidades entre os discentes afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), as dificuldades de aprendizagem podem ser entendidas como limitações ou obstáculos na absorção de informações e comandos, cujos motivos não estão restritos a fatores biológicos, podendo decorrer de determinantes sociais, culturais e pessoais. Enfatiza-se que enfrentar dificuldades ao longo dos estudos não significa incapacidade de aprendizagem, visto que todas as pessoas dispõem de potencial de desenvolvimento, mesmo que em ritmos diferentes.

Um olhar sociológico que se busca trazer por meio deste trabalho requer empatia para observar o que faz os alunos não expressarem vontade em relação aos estudos. Entende-se que, apesar de a educação e os conteúdos sistematizados serem os mesmos tanto para a rede pública quanto para a rede privada, as motivações que levam os adolescentes a estudar podem sofrer influência de suas classes econômicas, como mencionado anteriormente.

Consoante ao comentário de Pierre Bourdieu (1998, pp. 41-42),

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média.

Tal propósito evidencia que, a educação superior e o alcance ao conhecimento são condicionados pela classe social e quem tem acesso são pessoas de camadas mais elevadas e que se encontram em estruturas sociais distintas.

Todavia é necessário que o indivíduo tenha acesso a instituição por que faz parte da socialização do indivíduo vivente de uma sociedade. Durkheim argumentava que a educação deveria ser analisada metodologicamente pela sociologia, dado que se trata de um fato social. Como afirma: “A educação é um fato social, e como tal deve ser estudada cientificamente” (Durkheim, 1995, p. 71). A partir dessa percepção, foi possível criar a Sociologia da Educação, tornando Durkheim como o primeiro sociólogo da educação.

Ao pensar nos problemas que a educação enfrenta principalmente a brasileira, constata-se que essas problemáticas vêm desde os primórdios quando, está muito diferente, porém é de conhecimento geral que a educação tem enfrentado a precariedade do ambiente escolar, baixos salários dos professores e falta de recursos, dentre outros. Com isto percebe-se que os motivos da precarização da educação são vários e que não dar como nomear apenas alguns, para isso seria necessário um estudo bem amplo, já que, de acordo com a lei Nº (9.394/1996) no que se refere ao parágrafo 2º, destaca-se que as práticas curriculares devem considerar o vínculo entre o mundo do trabalho e prática social.

É importante destacar que na educação básica todos os alunos podem apresentar dificuldades e não somente os que estão mais vulneráveis, pois muitas vezes ao olhar aquele aluno que demonstra ter algum déficit esquece-se que existem outros tipos de estudantes que em determinado tempo, podem apresentar transtornos que não externalizam suas dificuldades dos ou até mesmo os que têm superdotação que ficam desorientados por terem uma condição pouco discutida, e isso causa distúrbios nesse jovem, que não consegue se explicar e nem entender. Por isso,

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja resignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan, 2003, p. 20).

Há casos de alunos que não aprendem, mesmo se esforçando e buscando explicações do conteúdo, será que realmente é falta de interesse do aluno ou é algum tipo de conflito que não foi resolvido e que está perturbando? Portanto é imaturo e precipitado dizer que este estudante está sem interesse em estudar e muito menos explicar e dizer ele não pensa em seu futuro, haja vista, que refletir sobre algo incerto e que, como o amanhã, que está fora do controle causa ansiedade e preocupação, em uma fase jovem, torna-se ainda mais crítico.

Como mencionado no trabalho de Reis (2024, p. 11) “[...] a importância das emoções em todos os âmbitos é fundamental, especialmente, no nosso caso, na educação. Fica clara a necessidade, portanto, de abordar o tema na escola, já que é lá onde as crianças começam a ter contato com a vida social e com pressões externas.” Enfrentar desafios de ensino e aprendizagem no ensino médio e outros conflitos não é tarefa fácil, ainda mais considerando que o jovem não possui o lobo frontal totalmente desenvolvido, como apontam os estudos de Casey et. al. (2010), que discutem que o córtex pré-frontal sendo o responsável pelas funções executivas como planejamento, tomada de decisão e controle de impulsos permanece em processo até o começo da fase adulta, influenciando diretamente o comportamento e na aprendizagem dos adolescentes.

Ao se ponderar sobre o fracasso do ensino médio, nota-se que um dos elementos presentes é a evasão e será discutida mais à frente com alguns de seus pressupostos a fim de detalhar melhor essa questão. Diante deste fato há o seguinte impasse sobre o fracasso escolar que Ramos (2007, p.21) aborda que:

O fracasso escolar não existe. O que existe são alunos que fracassam que não conseguem aprender, que não constroem certas competências. São indivíduos, situações ou histórias que precisam ser analisadas e não estereotipadas, do empobrecimento da vida psíquica, da expropriação do saber e do pensar. Para aprender é preciso estar com os olhos abertos à realidade e à visão de si mesmo e dos outros.

Ou seja, não basta observar somente as notas, deve-se explorar de forma aprofundada essa questão e identificar o motivo desse “fracasso” e por que ele está ocorrendo, uma vez que professores e a gestão muitas vezes não compreendem a situação e, com isso, não conseguem encontrar soluções precisas para o problema. Observa-se, assim, portanto, que existem os impasses no ensino médio, bem como em todas as outras etapas da educação básica, sendo possível identificá-los na prática. No próximo capítulo, serão mostradas as relações da juventude e os problemas por elas vivenciado se compreender melhor os processos atuais e o desenvolvimento da educação.

4. DIMENSÕES DE JUVENTUDE E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado jovem uma pessoa entre 15 e 24 anos (OPAS/OMS, 2018). Isso faz pensar que os indivíduos do ensino médio estão nessa classificação por terem essa faixa-etária. E ainda enfrentam desafios que têm grandes impactos em suas vidas como a violência, o mercado de trabalho, a educação e as condições de vida bem como suas perspectivas de futuro (Queiroz, 2022; Andriolo, 2025; Medina, 2025).

Para caracterizar o conceito de juventude, Zluhan et al. (2024) recorrem às reflexões de Pais (2009; 2010), que entende o curso de vida dos jovens como marcado por distinções individuais, mas também por sinais de vivências comuns que possibilitam reflexões sobre essa etapa. Essa perspectiva evidencia que, embora cada trajetória seja singular, há elementos compartilhados que ajudam a compreender a condição juvenil. Em contrapartida, a visão de Groppo (2004; 2011), também mobilizada por Zluhan, aponta que a trajetória da juventude é atravessada por diferentes dimensões dos estágios de vivência e que o tempo pode atuar como um fator capaz de reduzir desigualdades predominantes no meio social. Assim, o conceito de juventude é plural e dinâmico, refletindo tanto experiências individuais quanto condicionantes sociais e históricos.

Os autores estão dando destaque à diversidade vivenciadas pelos juvenis, porém reconhecem os elementos comuns que proporcionam a reflexão sobre o curso da vida. Além disso, enfatizam que os jovens são produtos de uma construção social e histórica, percorrendo as desigualdades, todavia também as oportunidades das reformas sofridas ao longo do tempo, inclusive articulam essas visões mostrando que a juventude não é parte de uma categoria fixa, mas de um processo em que está se reconstruindo constantemente.

Um teórico bastante importante para a história da educação é Durkheim que em sua obra educação e sociologia traz o pensamento de que dentro de um indivíduo há dois seres,

Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os diferentes grupos dos quais fazemos parte, tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. (Durkheim, 1895/1999, p. 40)

Durkheim discute que o indivíduo não é composto apenas de sua entidade biológica ou psicológica, mas ele também é constituído socialmente. O que significa que as ações e os pensamentos são moldados por estruturas conjuntas que antecedem e ultrapassam o ser humano.

Outro ponto de vista bem interessante é o de Bourdieu (1983) sobre o ser jovem, com um pensamento de que a palavra juventude nada mais é que somente isso, uma vez que não tem habilidade de categorizar um grupo de indivíduos com certa faixa etária, já que a idade simplesmente faz parte de uma estruturação social para as lutas de classes. Diante disso, não poderia entender os jovens nem seus processos. No entanto, é possível perceber que às definições de juventude perpassam por mudanças, pois a sociedade, ao longo da história, passa por várias transformações das quais seria praticamente impossível que algo permanecesse da mesma forma.

De acordo com Santos (2024) os jovens não têm ajuda para desenvolver suas habilidades e capacidades cognitivas apesar de toda a educação recebida, havendo falhas em processo podendo prejudicar seu desenvolvimento. Esses aspectos observados são grandes responsáveis pelo atraso e pela desigualdade que há no ensino e na aprendizagem entre os alunos.

O ser jovem para o Atlas da Juventude é compreendido como a faixa etária entre 15 e 29 anos, sendo quase 50 milhões de pessoas. Esse número é muito grande, o que é caracterizado como uma bonificação demográfica. Ainda se destaca que:

são milhões de jovens, que, em diferentes realidades, experimentam uma fase determinante de transição de ciclo de vida, na busca pela construção da sua autonomia. Neste caso, quando somos capazes de proteger os direitos da população jovem em nossas cidades, estados e país, esse potencial pode se concretizar como crescimento e prosperidade para todas as pessoas. (ATLAS da juventude, 2025)

Desse modo, explicita que, para a nação, é bom ter uma quantidade significativa de jovens; porém, deve ser motivo de preocupação, uma vez que, com um alto índice de jovens em um país desigual, esses mesmos terão dificuldade para se estabilizar e trazem um ponto de destaque para se refletir: tantos jovens em busca de emprego, mas sem oportunidades, o que farão para sobreviver?

No pensamento de Dayrell (2007), essa visão dos estudantes que procuram emprego e se deparam com um impasse entre trabalhar ou estudar não pode estar caracterizada em uma moratória europeia, visto que, para a maioria dos jovens, o trabalho permite vivenciar uma condição juvenil, garantindo recursos básicos para desfrutar de namoro, lazer ou consumir determinados prazeres por meio do dinheiro.

Em uma análise feita por Cristine Silva da obra *Condição Juvenil no Brasil* contemporâneo a mesma discute os dados das taxas de desemprego que afetam os jovens que estão em início da vida adulta e suas preocupações acerca de trabalho, podendo evidenciar:

[...] os assuntos que mais interessam aos jovens – educação, cultura e lazer – e sublinha que, para eles, o bom e o ruim de ser jovem está muito pouco vinculado à existência ou ausência de trabalho, e que os problemas mais preocupantes se referem ao binômio segurança e emprego. Pautando-se por essas informações, organiza uma agenda indicativa para orientar as ações governamentais concernentes às políticas públicas para a juventude, ligadas como à sua formação quanto ao lazer e ao trabalho. (Abramo 2005)

Nesta mesma perspectiva, leva-se em consideração as observações dos jovens rurais, assim como dos urbanos, que têm dificuldades e falta de oportunidades para uma melhor qualidade de vida, tornando difícil definir um perfil de juventudes para eles, como posto por Abramo:

É discutida a impossibilidade de traçar um perfil da juventude rural, uma vez que a própria definição do termo é frouxa, devido ao estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade. Como ilustração desse encurtamento de fronteiras, a autora lembra que “educação, emprego, cultura e lazer” atraem igualmente o interesse dos jovens urbanos e rurais, o que leva, assim, ao questionamento dessa polarização. Ela destaca ainda que, ao manter sua identidade afetiva no campo, os jovens rurais vivem conflitos de valores, na medida em que lançam para a cidade suas perspectivas de futuro profissional. (Abramo 2005)

Mas não significa que o perfil dos jovens brasileiros não possa ser traçado, estando de acordo com Abramo (2005), “embora objetivamente disforme e despadronizado”. Eles têm lugar de ocupação pelo trabalho, apesar das inúmeras situações imprevisíveis, o que significa que não há uma subjetividade das periferias diretamente ligada aos seus comportamentos, percepções e atitudes. Não obstante, não se deve deixar de mencionar o fato das raças, haja vista que os jovens negros têm ainda maiores desafios, devido ao preconceito que impede a construção de seus perfis de juventude também.

Portanto, a tônica do texto está voltada para o exame da situação dos jovens negros brasileiros, que vivem em uma sociedade que os discrimina, ainda que composta em sua maioria por membros dessa raça. Curiosamente, foi detectado que quase não há diferença significativa de percepções entre negros e brancos no que se refere às vantagens de ser jovem, ao orgulho de ser brasileiro e à preocupação em adquirir conhecimento. (Abramo 2005).

A relação juvenil tem marcas de várias contradições: por um lado, quer autonomia e identidade, por outro quer uma influência forte de padrões sociais e das entidades. É

nesse ambiente cheio de tensão que os jovens vão construindo suas histórias, enfrentando dificuldades, como exclusão escolar, desigualdade social e problemas de inserção no mercado de trabalho, no entanto, também criam novas maneiras de se expressar e participar da cultura. Ademais, “a juventude deve ser compreendida como sujeito sociocultural, portador de historicidade, valores, projetos e modos próprios de se relacionar com o mundo” (Dayrell, 2007, p. 1107).

Por falar na relação entre a juventude, não se pode esquecer de mencionar o protagonismo juvenil que é dado a eles por meio do diálogo. De acordo com (Habermas, 2012), a autonomia vem por meio do diálogo pois sem não haveria como o indivíduo exercer sua fala e consequentemente sua liberdade.

Ainda por se falar nessa relação da juventude, Dayrell (2007), aborda que a turma em que esses adolescentes estão inseridos são, para eles, uma referência de trajetória juvenil, tendo em vista que, nesse meio eles se organizam para conversar e se afirmarem frente aos adultos. Isso ocorre porque:

A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações, com as diferentes gradações que definem aqueles que são os mais próximos (“os amigos do peito”) e aqueles mais distantes (a “colegagem”), bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras (Dayrell, 2007).

Inicia, dessa forma um novo ciclo em que somente eles (jovens) fazem parte e usando uma linguagem, da qual o resto da população não compreende. Esses comportamentos “para os jovens, parecem responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade” (Dayrell, 2007).

No entanto, há presença de conflitos como em outros grupos, acontecendo principalmente entre os meninos, porquanto:

As discussões, brigas e até mesmo atos de vandalismo e delinquência, presentes entre os jovens, não podem ser dissociados da violência mais geral e multifacetada que permeia a sociedade brasileira, expressão do descontentamento dos jovens diante de uma ordem social injusta, de uma descrença política e de um esgarçamento dos laços de solidariedade, entre outros fatores Dayrell (2007).

Em outras palavras, a violência entre a juventude deve ser encarada como efeito de questões estruturais da sociedade moderna como a criminalidade, a desigualdade e a

falta de confiança nas instituições políticas, tornando o futuro incerto e deixando-os sem perspectivas para novos caminhos.

A juventude vai surgir como um problema público quando a escola passa a ter uma dimensão separada do trabalho, e isso se torna um desafio a se enfrentar, porque a sociedade atual é capitalista e tende a “obrigar” os jovens a serem alguém produtivo para ela. Como mencionado por (Menezes e Santos, 2023) em seu artigo Juventude, Educação e Trabalho no Brasil os autores trazem a ideia de Dubar (2001) sobre a integração dessa juventude na vida profissional e como os processos históricos os afetaram desestruturando o mercado com a crise do fordismo; no Brasil, isso ocorreu de maneira distinta, já que o ensino público veio tardiamente prejudicando assim os mais vulneráveis.

Menezes e Santos (2023) também comentam sobre a fragilidade que esse público juvenil das camadas populares sofre, devido aos percursos escolares e profissionais irregulares que, ao se misturarem, deixam-nos mais propensos ao desemprego e, conseqüentemente, à informalidade do mercado de trabalho nos períodos de crises financeiras.

Um ponto interessante que está chamando atenção para a juventude dos dias de hoje, segundo Carvalho (2004) é o status político e social que eles estão adquirindo por meio de reivindicações sobre seus direitos e sobre a população. A marca desse procedimento é a não acomodação deles em serem apenas alvo de ações sociais e políticas públicas.

O mercado de trabalho contemporâneo não consegue exercer por completo sua função de garantir dignidade e incluir socialmente os seres humanos por conta das recentes mudanças geradas por tecnologias e novas formas de organização. Conforme Carvalho (2004):

O mercado de trabalho tem sido alvo de inúmeras reflexões que vão desde os impactos de novas tecnologias ao seu anacronismo como critério de inclusão social e de poder político nas relações sociais. As recentes reviravoltas do mundo do trabalho atravessam a vida da população, produzindo formas específicas de vínculos que não têm correspondido a uma ampliação do acesso à dignidade humana por intermédio do direito a trabalho e renda. Todos os segmentos, inclusive o de jovens, sofrem tais efeitos, respeitadas suas particularidades que não atenuam e sim incrementam a problemática atual do trabalho (p. 26).

Como implicação, têm-se gerado vínculos frágeis e precários, afetando toda a sociedade, sobretudo os jovens, que sofrem mais intensamente, aumentando a crise do trabalho. Mostra-se que as novas formas de organização do trabalho trouxeram outras

funções, mas eliminaram algumas existentes e, para além disso, posicionaram a todos em vínculos empregatícios vulneráveis, sem remuneração adequada.

Segundo Carvalho (2004), a questão do jovem no mercado de trabalho é um aspecto de atenção, já que assume posições de problemas inerentes ao contexto da sociedade, e percebe-se que esse segmento produzido reproduz, subjetiva e objetivamente, os dilemas sociais de forma intensa; todavia, a juventude está se tornando protagonista das mudanças iniciadas por eles mesmos.

A relação da educação juvenil sempre esteve em discussão, a visão é de que a instituição escolar fracassou juntamente com os docentes alunos e familiares, todos eram culpabilizados simultaneamente, como Dayrell (2007):

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretensão individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas (p. 02).

O professor doutor aborda uma questão faz parte da rotina diária dos estudantes atuais, a insatisfação com a escola, ou seja, a visão do espaço escolar para eles hoje em dia é de um ambiente cansativo, que somente repassa conteúdos um após o outro, sem se utilizar recursos atrativos e inovadores. Entretanto, para Dayrell (2007), o que explicaria essa relação “são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços”. Em outras palavras essas modificações que ocorrem na sociedade, seja no setor econômico, político ou social afetam imediatamente os lugares e o tempo em que a juventude está inserida, impactando, consequentemente nos processos de socialização dos indivíduos.

De acordo com Meneses e Santos, (2023) a formação básica apresentou um aumento em seus índices; em contrapartida, o ensino superior ainda enfrenta limitações, especialmente entre jovens de grupos étnico-raciais. Como consequência, houve a elevação do número de jovens sem estudo e sem trabalho até o ano de 2020, com uma parcela significativa concentrada entre pessoas negras e do gênero feminino, muitas delas sem a conclusão do ensino básico.

5. EVASÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E FATORES EXPLICATIVOS

De acordo com Arroyo (2014), a evasão escolar pode ser entendida como resultado dos desafios enfrentados pelos estudantes individualmente e das barreiras impostas pela instituição de ensino. Essa análise evidencia a escola como reprodutora das desigualdades sociais, uma vez que é composta por sujeitos de diferentes raças, etnias e contextos socioeconômicos.

Abramovay e Castro (2003) comentam sobre a evasão escolar e o abandono como “[...] o aluno sair da escola com probabilidade de retorno, mas, se o estudante deixa a escola definitivamente, podemos chamar de abandono escolar” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 37). A distinção feita por elas revela uma importante análise sociológica para a educação, evidenciando que a evasão pode ser revertida, enquanto o abandono é uma quebra do vínculo com a instituição de ensino.

Trata-se de um problema que não afeta apenas a sociedade atual, tornando-se relevante. Sua seriedade comprova-se através da existência de vários programas para combater esse obstáculo, como o “Pé-de-Meia”, que visa ajudar os estudantes do ensino médio por meio de um incentivo financeiro, oferecendo 200 reais mensais e até 9,2 mil reais ao final do ensino médio para cada aluno, como uma espécie de poupança, para garantir a permanência do adolescente na escola, cujo objetivo “é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre jovens, além de garantir mais inclusão social por meio da educação, estimulando a ascensão social” (MEC, 2025).

Outro ponto interessante ao qual muitas escolas têm aderido é o uso de tecnologias para auxiliar os adolescentes nas tarefas escolares, como pesquisas e elaboração de trabalhos acadêmicos. Além disso, ao colaborar com o ensino-aprendizagem, eles estudam de forma mais lúdica e atraente. Ou seja, é explícito que muitos têm se desmotivado nos estudos, e buscar outras maneiras de ensinar traz mais eficiência à educação. Entretanto, sabe-se que “é preciso buscar informações, realizar cursos, pedir ajuda aos mais experientes, enfim, utilizar os mais diferentes meios para aprender a lidar com a inovação e ir além, começar a criar novas formas de uso e, daí, gerar outras utilizações” (KENSKI, 2010). Por isso, não basta apenas usar essas tecnologias sem nenhuma qualificação; é necessário haver orientações para que os professores possam corroborar de maneira eficaz com o progresso do aluno.

Segundo Candau (2012, p. 66), é necessário considerar o aluno em suas características biopsicossociais, situando cada idade em um processo evolutivo. Na medida que,

É preciso, ao contrário, considerar todo o aluno como indivíduo, nas características biopsicossociais de sua idade, situando ao mesmo tempo, cada idade no quadro de um processo evolutivo que se encaminha ao maior ou menor equilíbrio daquelas características. Nas circunstâncias mais favoráveis, tal equilíbrio se expressa por uma disciplina do potencial físico em que já não há lugar para o exercício gratuito da força; pela canalização das emoções como fonte de sensibilidade, apreciação, criatividade e criatividade; por um pensamento conceitual que sucede ao pensamento concreto, sem prescindir da conexão com o real, por uma compreensão da perspectiva de outro que substitui a Constituição nos primeiros tempos, quando, pelo conseguir isto de uma autoimagem de uma visão do mundo positivas que orientam a conduta e dirigem a ação. (p. 173)

A educação tem um papel importante para os indivíduos, pois é responsável por preparar os jovens para o mercado de trabalho. Considerando a teoria de Durkheim, Cruz e Ponte (2025) destaca que as instituições escolares são organizadas de diversas maneiras, respeitando as diferenças existentes nas regiões, bem como a diversidade entre cada aluno. Conforme os autores acima, o sociólogo acreditava que, por meio da educação, os jovens teriam mais oportunidades de escolher suas carreiras e de acabar com a desagregação que permite a separação das pessoas por meio de fatores socioeconômicos. Ainda assim, é claro que, mesmo com acesso ao ensino, muitos desses estudantes irão sofrer com essa separação.

Pensar nas questões motivacionais que levam um jovem do ensino médio a estudar é interessante, pois, segundo o artigo de Santos (2024), a expressão que esses adolescentes têm é de insatisfação com a instituição escolar, que não é um espaço de troca com eles, uma vez que eles não encontram abertura para expor suas ideias e experiências de vida, bem como para a interação entre aluno e professor.

De acordo com Dore e Lüscher, mencionados no artigo de Mesquita (2025), a evasão não ocorre somente quando o aluno é retirado das atividades escolares, mas também quando há repetência, transferência, desligamento, retenção, desistência e até abandono escolar. Percebe-se que, aqui, é muito mais complexa a questão de evadir o espaço de ensino, uma vez que há uma compreensão limitada da dimensão que é a evasão.

Além das causas comentadas neste trabalho, não se pode deixar de mencionar a pandemia do coronavírus, que deixou várias sequelas em todas as áreas, incluindo a educação. A COVID-19 foi um período desafiador para todos, tanto para alunos quanto para professores, todos tiveram que se adaptar a uma nova realidade, a qual trazia consigo

marcas que não se apagariam. Muitos conseguiram se adequar a essa nova realidade e outros não, mostrando mais uma vez a desigualdade. Se por um lado já estava complicado para os estudantes aprenderem certos tipos de conteúdo, agora, com um vírus, isso se tornou mais difícil.

Dentre os aspectos citados também entram em destaque os níveis de escolaridade das famílias, uma vez que isso acarreta na visão do estudante em relação à escola e seus comportamentos, bem como dizem Dayrell e Jesus (2025).

Uma das hipóteses deste estudo é o peso do contexto socioeconômico e cultural das famílias como um dos fatores da exclusão escolar. Entendemos que, para compreender as trajetórias escolares e os múltiplos fatores que vêm gerando a exclusão dos jovens pesquisados, é fundamental situá-los como sujeitos socioculturais. Isso implica compreendê-los enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamentos e hábitos que lhes são próprios (Dayrell e Jesus 2007).

Uma das pontuações percebidas por Dayrell e Jesus é o peso socioeconômico que tem na exclusão juntamente com a cultura da família, para eles isso é fundamental uma vez que se relacionam gerando o afastamento escolar, ou seja,

Uma das hipóteses deste estudo é o peso do contexto socioeconômico e cultural das famílias como um dos fatores da exclusão escolar. Entendemos que, para compreender as trajetórias escolares e os múltiplos fatores que vêm gerando a exclusão dos jovens pesquisados, é fundamental situá-los como sujeitos socioculturais. Isso implica compreendê-los enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamentos e hábitos que lhes são próprios. (Dayrell e Jesus 2007)

A citação de Dayrell e Jesus (2007) evidencia que a exclusão escolar não pode ser explicada apenas pela falta de interesse do aluno, estando diretamente relacionada ao contexto socioeconômico e cultural das famílias; nesse sentido, os autores defendem que os jovens devem ser compreendidos como sujeitos socioculturais, ou seja, indivíduos que possuem história de vida, valores, emoções e visões de mundo próprias, elementos que influenciam suas trajetórias escolares, tornando a exclusão um fenômeno complexo, marcado pelas condições sociais e pelas experiências vividas pelos estudantes.

Consoante Luciano Silva e Olímpia Silva (2021) as políticas públicas em combate a evasão escolar são importantes porque podem desenvolver projetos que auxiliem na permanência dos alunos na escola. Também é relevante ter conhecimento de quais

programas de assistência estão sendo efetivados para compreender os seus resultados.

Ainda mais:

Desse modo para combater a evasão escolar na educação básica, mais que práticas pedagógicas eficientes, precisa-se observarem os aspectos da realidade cotidiana dos alunos a fim de proporcionar as condições necessárias para que os mesmos alunos se dediquem aos estudos e possam concluí-los (Silva e Silva 2021).

Reiterando o que foi mencionado no decorrer do trabalho, é essencial entender a realidade dos estudantes, já que, para solucionar o problema, é preciso saber a origem da causa e adotar práticas pedagógicas que sejam competentes no combate à evasão escolar.

O governo federal, por meio do Ministério da Educação, pensou em políticas de assistência, como o programa Caminho da Escola, que foi desenvolvido para atender os discentes da zona rural a conseguirem ir para a escola, por meio de transporte escolar (ônibus) que os leva até a zona urbana, dando aos estudantes a possibilidade de acessar as instituições de ensino (Silva e Silva, 2021).

Outro programa que foi desenvolvido pelo governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, foi o Bolsa Família/Auxílio Brasil, que consiste em uma fonte de renda para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, sendo uma de suas condicionalidades a manutenção de filhos em idade escolar com matrículas regulares e frequência às aulas. (Silva e Silva, 2021) também faz menção ao programa Brasil Alfabetizado, que surgiu com o objetivo de combater o analfabetismo de pessoas com idade de 15 anos ou mais, que evadiram da escola por várias circunstâncias, sem terem tido a oportunidade de concluir os estudos ou até mesmo de iniciá-los, com a finalidade de promover o acolhimento desses indivíduos no ambiente escolar, combatendo, assim, o analfabetismo.

O programa Caminho da Escola foi criado no ano de 2007, com o objetivo de garantir o acesso permanente e diário dos alunos de zonas rurais e ribeirinhas às escolas públicas da educação básica. Os transportes oferecidos são ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para trafegar nessas regiões, que têm dificuldades de acesso às unidades de ensino, com o objetivo de proporcionar segurança e qualidade no transporte escolar. Também busca garantir a participação dos discentes em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no planejamento pedagógico, dentro e fora da instituição (MEC, 2026).

De acordo com o site do Governo Federal (Gov.br), os ônibus escolares passam por controle de qualidade juntamente com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), com equipamentos de Dispositivos de Poltrona Móvel (DPM) para os veículos, a fim de garantir a acessibilidade aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Esses transportes podem ser acessados de três maneiras pelos entes federativos para aquisição dos veículos: primeiro, por meio de assistência financeira do FNDE, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), conforme a disposição de orçamento prevista na Lei Orçamentária Anual; segundo, com recursos próprios; e terceiro, por meio de linha de crédito junto a instituições financeiras, exceto para as bicicletas, sendo obrigatória a aprovação na ata de registro de preços disponível no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preços do FNDE (SIGARP).

O Bolsa Família/Auxílio Brasil é o maior programa de assistência de transferência de renda no país, ganhando reconhecimento internacional por conseguir tirar famílias da fome. O programa foi relançado pelo governo, gerando mais segurança para as famílias, considerando o tamanho e as características dessas famílias, sendo que aquelas que possuem a partir de três membros recebem mais do que uma pessoa sozinha.

Além de garantir renda às famílias que estão em situação de pobreza, ele procura fornecer acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e assistência social, promovendo a cidadania e a dignidade dessas famílias, atuando com ações complementares a outras políticas públicas na superação da pobreza e na promoção de mudanças sociais (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2026).

O Programa Brasil Alfabetizado tem a estratégia de estimular jovens, adultos e idosos, fortalecendo o interesse deles na continuação da escolaridade e no exercício de seus direitos como cidadãos. Essa política foi criada em 2004, como mais uma das formas de o governo federal diminuir o número de alunos evadidos no Brasil, por meio do acesso à educação e à alfabetização, tendo como seu público-alvo as pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A organização do programa é feita de forma que todos consigam acesso, com turmas localizadas em vários espaços, como igrejas, associações, etc. Ressalta-se que o programa havia sido interrompido, retornando com regulamentação em 2024, por meio da Resolução nº 20, de 09 de setembro, com validade até 2027.

Pé-de-Meia é uma política pública de incentivo em forma de poupança, que oferece ao estudante uma quantia mensal de 200 reais. É destinada aos adolescentes que estão matriculados no ensino público brasileiro e, preferencialmente, àqueles que têm famílias cadastradas no Bolsa Família e no Cadastro Único (CadÚnico). “O objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de garantir mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social” (Governo Federal, MEC, 2026).

Para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), o valor pago é de 220 reais pela comprovação de matrícula, mais 225 reais pela frequência, totalizando 425 reais. O beneficiário ainda recebe, ao final de cada ano letivo concluído, a quantia de 1000 reais. Além disso, para assegurar a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o governo oferece mais 200 reais.

Esse benefício é oferecido para todas as redes federais, estaduais, municipais ou distritais, que se responsabilizam por informar ao Ministério da Educação todos os dados do aluno. À medida que esses dados são coletados, o MEC fica responsável por verificar os critérios de pagamento e realizar o envio dos recursos, definindo o público beneficiado. Os estudantes podem verificar seus pagamentos no site do governo.

O papel da instituição frente à evasão escolar faz toda diferença, uma vez que a parceria da família com a instituição de ensino, em ações sociais, influencia no não abandono da sala de aula, por meio do desenvolvimento de estratégias, conforme Silva e Silva (2021). Alguns acompanhamentos que podem ser feitos são a verificação da frequência dos discentes e a análise de como eles estão se engajando dentro da sala de aula; assim, é possível identificar os motivos da evasão, permitindo “conhecer os alunos que vivem em condições de risco ou de violência, que, após serem identificados, são encaminhados aos órgãos competentes” Silva e Silva (2021).

De acordo com a LDB (Brasil, 1996), a escola deve possibilitar o desenvolvimento de habilidades, mas também exercer um papel humanizador e socializador. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Uma crítica trazida por Azevedo (2011) a respeito disso é:

O problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores seja social, cultural, político e

econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada. (Azevedo 2011, p.05)

Esta alusão anterior não cita apenas os problemas recorrentes das possíveis causas da evasão, mas também critica as didáticas que são aplicadas nas escolas por alguns professores, dizendo que são ultrapassadas e, por vezes, agravam ainda mais o problema estudantil. Consoante Silva e Silva (2021):

As razões mais frequentes que geram a evasão escolar abrangem a ausência de interesse pela escola, os transtornos ou dificuldades de aprendizagem, a necessidade de trabalhar, a falta de estímulo familiar, as questões de saúde, os problemas com o acesso ao estabelecimento de ensino, entre outras (Silva e Silva, 2021, p.03).

Os autores acima, evidenciam que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, ou seja, não possui uma única causa, mas resulta da combinação de diversos aspectos que afetam a permanência do aluno na escola. Entre esses fatores, destacam-se a falta de interesse pelos estudos, as dificuldades de aprendizagem, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a ausência de apoio familiar, problemas de saúde e as dificuldades de acesso à instituição de ensino. Dessa forma, os autores indicam que a evasão escolar está diretamente relacionada às condições sociais, econômicas e pessoais dos estudantes, exigindo, portanto, ações amplas e integradas por parte da escola e das políticas públicas para sua superação.

6. ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR: AS MOTIVAÇÕES PARA ALÉM DA FALTA DE INTERESSE

Conforme discorrido anteriormente, em Abramovay e Castro (2003), a evasão pode ser entendida como o afastamento do aluno com possibilidade de retorno. Diante disso, são variadas as motivações para a ocorrência desse fator, conforme o artigo de Santos (2024), destaca que os adolescentes expressam insatisfação com o ambiente escolar, alegando não ser um espaço de troca com eles não encontrando abertura para expor suas ideias e as experiências de vida, bem como para a interação entre aluno e professor. Para tanto, considera-se imprescindível a análise dessas questões sob a ótica de alunos, jovens em situação de evasão, do professor articulador e da gestora adjunta de escolas públicas na cidade de Caxias- MA.

O município de Caxias, situado às margens do Rio Itapecuru, no estado do Maranhão, é uma das cidades mais relevantes da região, destacando-se pela riqueza cultural, pela economia diversificada e pelo patrimônio histórico preservado. Trata-se de uma cidade com reconhecimento nacional, berço de figuras importantes como o poeta Gonçalves Dias e o filósofo Raimundo Teixeira Mendes, responsável pela formulação do lema positivista “Ordem e Progresso”, presente na bandeira brasileira. O município possui cerca de 157 mil habitantes, consolidando-se como um polo regional de desenvolvimento econômico, cultural e social no leste maranhense.

A presente pesquisa foi realizada com 4 alunos que evadiram e retornaram, 2 em situação de evasão, todos com idades de 17 a 19 anos e 1 membro da direção de duas instituições pública de ensino médio do município de Caxias- MA. Sendo possível perceber que todos os jovens são de baixa renda, no qual um destes é oriundo da zona rural se utilizando do transporte escolar para se deslocar até a escola.

A primeira escola que será chamada de instituição I, localiza-se na região central da cidade ocupando um prédio antigo, cuja infraestrutura apresenta condições precárias. O espaço é marcado por vários problemas estruturais, tais como rachaduras nas paredes e no teto, além de locais pouco arejados, ocasionando desconforto tanto para os discentes quanto para os docentes. Essa escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atendendo estudantes oriundos das zonas rural e urbana, muitos dos quais dependem do transporte público disponibilizado pela prefeitura para garantir o acesso a instituição de ensino. De acordo com a Lei nº 14.945/2024, alteração da LDB uma organização do

Ensino Médio, que promove o oferecimento de locais com tempos de adequados, além de guia informativo com o objetivo de uma melhor condição para os estudos, a de fim do progresso dos alunos. Ou seja, a instituição descrita acima não está em conformidade com essas normas o que afeta a aprendizagem dos seus discentes.

A segunda instituição participante da pesquisa será chamada de escola II, situa-se em um bairro periférico da cidade. Com disposição de funcionamento nos três turnos — matutino, vespertino e noturno — ampliando o atendimento à comunidade escolar. Sua infraestrutura apresenta melhores condições em virtude de um recente processo de reforma, o que proporciona um local mais adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Para aplicação desta pesquisa, utilizou-se um questionário como instrumento de apoio para a entrevista semiestruturada, que segundo Minayo (2012) é um conjunto de perguntas elaboradas possibilitando a exploração de outras questões no decorrer da entrevista, permitindo maior liberdade para o entrevistado durante a conversa e mais amplitude na coleta de dados. Tornando-se necessária para os resultados aqui presente, uma vez que contribuiu para o aprofundamento das informações analisadas.

Inicialmente quando perguntado sobre a percepção de cada um desses sujeitos da pesquisa quanto a evasão, os mesmos traziam apenas as causas que a antecedem, mas não precisamente uma definição, sendo possível perceber que desconheciam a nomenclatura de evasão, isso por todos os jovens (A, B, C e D) incluindo os interlocutores em situação de evasão (E e F) que questionaram o que era evasão, como por exemplo o aluno (B) “o que é isso?” ou a estudante (D) “Como assim, porque eu desistir?”. Nesse sentido, Abramovay e Castro (2003, p. 55) destacam a diferença do conceito de evasão escolar compreendendo como “o aluno sair da escola com probabilidade de retorno, e se esse estudante deixa a escola definitivamente, é denominado de abandono escolar”, o que ajuda a esclarecer a confusão conceitual percebida entre os jovens entrevistados e até mesmo os membros da gestão escolar.

Assim como os representantes da instituição ao trazerem em suas falas os motivos da evasão:

[...] tem motivos desde meninas questão de gravidez, trabalho, quanto hoje em dia muitos descasos por parte deles com a educação. Muito que eu conheço dos nossos alunos do Maranhão, muitos deles não têm perspectiva futura estudando, eles não conseguem entender o motivo de estudarem. E muito disso acaba causando a evasão dos nossos alunos” (entrevistado da instituição I);

[...]o negócio deles é celular, celular, rede sociais e até esses joguinhos que pagam em dinheiro” e também mencionou que para eles ler um livro é difícil “é como dar uma facada nele” (entrevistado da instituição II).

Rememora-se a o trecho do trabalho de Santos et al. (2024), que comenta sobre a expressão que tem os adolescentes é de insatisfação com a instituição escolar, uma vez que não é um espaço de troca com eles, sem encontrarem abertura de exposição das ideias e experiências entre docentes e discentes, ao analisar esta fala dos entrevistados nas instituições percebe-se que é um possível índice para a falta de ótica futura, condizente com o estágio de desenvolvimento psicossocial, expressões como: *[...]o negócio deles é celular[...], [...] ler um livro é difícil “é como dar uma facada nele”, hoje em dia muitos descasos por parte deles com a educação.*

Afirmando que esses acontecimentos podem gerar o abandono, como citaram gravidez e trabalho, além de falarem sobre o “desinteresse” e a “falta de vontade” da juventude para com os estudos. Nesse sentido, Soares (2017) aponta que a evasão escolar não pode ser reduzida a uma escolha individual, mas deve ser compreendida como consequência de condições sociais, econômicas e culturais que limitam as oportunidades dos jovens, reforçando que o chamado “desinteresse” é, muitas vezes, expressão dessas desigualdades.

A evasão se faz presente nas duas entidades educacionais, havendo um certo contraste entre elas, no qual a instituição I contém o maior número de evadidos no turno matutino, isso se dá por abarcar a maior quantidade de alunos, todavia sua taxa de evasão é baixa com 5% de acordo com o interlocutor da pesquisa, sendo visto positivamente pela escola. A instituição II por sua vez tem a maior taxa de evadidos nos turnos vespertino e noturno, ocorrendo principalmente e de forma frequente no primeiro semestre, como indica o representante em sua fala que “iniciamos as turmas com 35 alunos na primeira etapa e no final das contas quando vamos ver só tá com 10, 15 alunos no final”, confirmando sobretudo o abandono escolar.

Diante disso, torna-se essencial entender de que forma o contexto escolar responde a esses abandonos, ou seja, quais as iniciativas frente a problemática, e como aponta Patto (2022), afirmando que o fracasso escolar não deve ser entendido apenas como responsabilidade dos alunos, uma vez que envolve fatores institucionais e sociais. Partindo dessa perspectiva ambos os espaços escolares inicialmente fazem o acompanhamento dos discentes assiduamente, em seguida eles verificam as motivações que geram essa ocorrência e por fim fazem uma busca ativa para o retorno dos que não

estão frequentando. Aproveitando a lista de controle para o programa bolsa família, utilizam-se desta para manter os pais cientes do comparecimento desses adolescentes ao espaço escolar. Da mesma forma que confirmaram a presença de abandono no ambiente de estudo, também comentaram sobre o êxito no resgate dos estudantes que evadiram, com discentes que retornaram ao local.

Em suas falas o professor articulador da primeira instituição deixou explícito que os docentes, contribuí bastante para integrar novamente os discentes que retornam depois de saírem. Formulando atividades específicas para que eles não sintam tanta dificuldade de acompanhar os demais alunos com os conteúdos curriculares das disciplinas afirmado pela seguinte exposição [...] *conversamos também com os professores para preparar trabalhos, alguma atividade [...]*.

Sobre os motivos que levam os jovens evadirem o comentário dirigido da primeira escola é que tem motivos de meninas que engravidam na adolescência quanto a questão do trabalho, ademais na visão do professor articulador muitos dos alunos tem descaso com a educação o que corrobora com ausência de perspectiva futura com os estudos não compreendendo o motivo para estudar.

No ponto de vista da segunda escola isso acontece porque muitos dos estudantes estão viciados no celular principalmente nas redes sociais, também tem a questão da necessidade do trabalho por vezes saindo para outras regiões como os estados do Mato Grosso e Goiás em busca de emprego para ajudar com a renda familiar, isso por terem uma condição socioeconômica muito baixa, condição que (Menezes e Santos, 2023) em seu artigo Juventude, Educação e Trabalho no Brasil comentam com ideia de Dubar (2001) como a juventude sofreu as consequências da desestruturação do mercado com a crise do fordismo e os prejuízos causados pelo ensino público tardio afetando os mais vulneráveis. Já com relação as meninas elas começam a trabalhar em casa de família no contra turno desde de cuidadora de criança até empregada doméstica, acreditando que a partir disso inicia o cansaço delas fazendo-as desistirem. Ademais foi pontuado o objetivo da família que antigamente tinha-se um olhar diferente para o estudo, trazendo uma cobrança maior para os jovens, percebe-se que nesse contexto a visão de Dayrell (2007), dar notoriedade para esse conflito da juventude entre trabalho e estudo, caracterizando uma moratória europeia, em destaque que o trabalho permite para eles vivenciar coisas básicas da vida como lazer, namoro ou consumo de produtos permitidos pelo dinheiro.

Ao analisar as falas dos membros das escolas observa-se que as concepções das causas de evasão estão muitas vezes relacionadas a conflitos externos, mas também a falta de compreensão do que o conhecimento pode fazer o indivíduo alcançar, ou seja, a visão sobre o saber científico é muito importante para que através deste, esses jovens tenham uma mente mais ampla para além do presente. Consoante a isto a análise feita neste momento será dos discentes que evadiram e retornaram ao ambiente escolar.

A primeira pessoa foi a estudante A que ficou um ano longe da escola por motivos de saúde, de acordo com suas informações, estava impossibilitada de continuar os estudos pois sua cirurgia era arriscada e devido a toda essa questão optou por sair da instituição de ensino. Esta aluna foi questionada também sobre seu entendimento de evasão, de antemão não soube responder, mas depois da reformulação da pergunta, ela comentou que quando um indivíduo pensa em desistir ele observa em sua volta e ver que todos estão seguindo suas vidas e a pessoa evadida se sente mal com a sensação de “atrasada” e quando isso acontece vem os pensamentos de desistência gerando conflitos internos no aluno que retornou fazendo-o sentir-se culpa por estar em ritmo diferente dos seus colegas. E a reafirmação que tem de ter um futuro faz com este indivíduo persista na sua jornada, mas acrescenta que tem cansaço devido ao serviço que faz no contraturno, provocando uma vontade de desistir novamente da escola. Mas por ela ter saído com o pensamento de retorno, sua motivação prevalece frente ao sentimento de desistência.

De acordo com Rosa, Silva e Novaes (2023) a escola tem que ser um espaço de afetividade entre os alunos e a família, com enfoque no desenvolvimento completo do aluno para isso a postura do professor pode ser ética favorecendo esse crescimento do estudante e trazendo motivação para ele, o que percebe na fala da entrevistada (A) que sente falta dessa motivação se vendo sozinha para continuar.

O estudante B falou que seu motivo de seu abandono foi por conta do trabalho que fazia viajar e ficar dias fora da cidade impedindo-o de ir à escola, prejudicando em sua frequência e acompanhamento de conteúdo. Ele comentou que ao pedir dinheiro para sua mãe a mesma não dava então ele disse que tinha que “correr atrás”, não deixando de mencionar, o referente aluno estava com apenas uma semana de retorno a escola. Em relação a opinião de sua mãe quanto a decisão de sair da escola foi que poderia, caso fosse para trabalhar. Percebe-se que sua mãe prefere ver ele engajado em ocupações do que inativo de atividades. Este estudante ainda acrescentou que não poderia viver somente com os 200 reais do pé de meia, alegando ser insuficiente. No pensamento de Dayrell (2007), essa visão da busca por emprego e o impasse com os estudos tem característica

das vivências que o trabalho vai permitir a com dição juvenil, como o prazer através dos recursos básicos para uma pessoa.

O estudante C explicou que sua saída da instituição escolar foi devido ao falecimento de sua mãe e como seus pais eram separados ele teve que sair para trabalhar e somente sua irmã ficou estudando, como no presente momento ela já concluiu o ensino médio ele optou por retornar, cujo o pensamento é ter um emprego melhor para ter uma “boa vida” e dar uma vida melhor para sua irmã, além disso ele também falou quase ter sofrido um acidente a caminho de trabalho por conta do seu problema de saúde que impossibilita de se exercitar e fazer tarefas árduas, uma vez que seu meio de transporte é uma bicicleta e como mora em uma zona rural próxima ao município ele consegue usar esse veículo para se locomover.

A estudante D falou que seu abandono foi porque sua mãe adoeceu e passou por uma cirurgia e ela queria estar perto para acompanhá-la. A decisão dela também foi porque naquele período a escola estava funcionando de forma remota com aulas online e como seu pai trabalhava e suas irmãs também, isto é, ela poderia ficar em casa, mas houve o roubo de seu aparelho eletrônico e ficou sem assistir as aulas, porém quando houve regresso das atividades presenciais ela não foi preferindo continuar cuidando de sua matriarca. Ao final complementou que se fosse possível prosseguir estudando ela faria.

Quanto a pergunta sobre uma iniciativa que a escola poderia tomar para integrar esses jovens que evadiram, a estudante A disse que o espaço educacional poderia entrar em contato com o aluno para saber o porquê deles se ausentarem do colégio, e se possível fazer visitas a esses alunos. O estudante B comentou que se o aluno está decidido a sair, não tem o que se possa fazer, inclusive mencionou sobre o pé de meia, que em sua visão não interfere muito na evasão. O estudante C disse que “é aceitar eles de volta, se eles quiserem de coração”. A estudante D falou que a instituição deveria promover aconselhamento para os discentes que estão com o pensamento de evadir, ou seja, mostrando que o conhecimento lhe concede uma profissão.

Nesse aspecto é importante a lembrança sobre o papel da escola deveria funcionar como mediador com suporte pedagógico e social para o reconhecimento de sujeitos em formação e não adultos precoce que de acordo com a LDB, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Evidenciando as faltas de políticas escolares eficientes, no entanto, há uma contribuição para que a redução da percepção de juventude e para que a evasão escolar se intensifique.

Dentre as questões perguntadas aos jovens (E e F) evadidos que não retornaram era o conceito de juventude e se os mesmos se consideravam jovem. A fala de ambos evidencia a perspectiva de Bourdieu (1983) que destaca a palavra juventude como uma construção social que foi inserida nas lutas de classe, uma vez que esses jovens responderam estar “velhos” com 19 anos, já que para eles o ser jovem é ter entre 16 e 18 anos. Consoante a Durkheim (1895/1990) o indivíduo é composto por várias camadas, que envolve as práticas, costumes, religião e as opiniões compartilhadas, ou seja, tudo o que parece ser individual faz parte do reflexo da sociedade. Ao pensar sobre nota-se, que a visão de juventude está atrelada a “certas” responsabilidades, vistas como de um público adulto.

Em relação ao motivo de evadir o respondente E disse que precisava de dinheiro e não poderia estar sempre pedindo para sua mãe, visto que ela reclamava “jogando em sua cara” e falava que ele estava em “suas costas”, portanto ele se sentiu pressionado a trabalhar e com isso saiu do estabelecimento de ensino. A fala da respondente F é que ela não gostava da escola e não gostava de estudar, dizia ir somente por pressão de sua família, no entanto a respondente disse que não sabe se sua dificuldade de aprendizagem interferiu nessa visão negativa que ela tem da escola.

Quanto ao serem questionados sobre retornarem, ambos afirmaram que gostariam, mas não conseguem por já estarem casados e com família, apesar de que o entrevistado E disse que ao tomar a decisão de sair sua família tiveram uma reação negativa, entretanto aceitaram porque ele havia feito isto para trabalhar.

Como observado os aspectos citados pelos entrevistados anteriormente fica evidente que assim como dito por Silva e Silva (2021), os mais frequentes são a ausência de interesse pela escola, os transtornos ou dificuldades de aprendizagem, a necessidade de trabalhar, a falta de estímulo familiar, as questões de saúde, os problemas com o acesso ao estabelecimento de ensino.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se debruçar sobre abordagens que tratam da evasão escolar, esta pesquisa constatou que a problemática relaciona-se, de modo específico, com questões de saúde — tanto dos indivíduos quanto de seus familiares. Além disso, destaca-se a necessidade de trabalhar para auxiliar a família, o que leva os alunos a enxergar o emprego como oportunidade imediata. Contudo, essa escolha reduz o tempo de qualidade destinado aos estudos e, conseqüentemente, a “vida adulta” assumida precocemente acaba por conduzi-los ao abandono da instituição de ensino.

Nota-se, também, que muitos desses jovens não têm plena consciência das conseqüências da evasão escolar, o que os impede de mensurar de forma concreta os impactos dessa decisão em suas trajetórias acadêmicas, pessoais e profissionais.

Diante do exposto, há a constatação de que a temática examinada não é de fácil resolução. Apesar das alternativas propostas pelo governo, como programas voltados para a permanência dos jovens no ambiente escolar, tais medidas não se mostram suficientes para solucionar o conflito. Assim, percebe-se a necessidade de oferecer uma estrutura pedagógica consistente, acompanhada de apoio emocional adequado, para fortalecer a permanência dos alunos na escola.

Os resultados obtidos contribuem para a compreensão de que a evasão está firmada em todos os espaços educacionais e que o local em que a instituição se localiza não influencia para que não haja este abandono, ou seja, os principais fatores estão relacionados a questão social, econômica e familiar, no qual os jovens sentem uma necessidade de se afastar do espaço educacional para assumir responsabilidades familiares, ingressar no mercado de trabalho como meio de ajudar financeiramente em casa ou por enfrentar situações de vulnerabilidade social.

Assim, torna-se necessário o surgimento de pesquisas futuras e políticas educacionais para aprofundarem o entendimento dos fatores que contribuem para a evasão, trazendo estratégias mais eficientes com prevenção e acompanhamento. Entre essas estratégias, podem destacar programas de orientação vocacional, uma vez que nenhuma das instituições apresenta o acompanhamento desses jovens de forma mais ampla, ações de acolhimento psicológico mais fortes e um monitoramento contínuo da permanência estudantil. Somente com uma abordagem completa considerando esses aspectos pedagógicos, emocionais e sociais é possível reduzir de uma maneira mais

significativa os índices de abandono escolar promovendo uma educação mais inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 37-73.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, 2003.
- ALMEIDA, Maycon Hryniewicz de; CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. *A evasão escolar na educação básica: uma revisão sistemática de literatura*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 5, 2025.
- ANDRIOLO, Eric. *Jovens são as maiores vítimas de violências e acidentes no Brasil*. Fiocruz, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2025/08/jovens-sao-maiores-vitimas-de-violencias-e-acidentes-no-brasil>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARRETO, Rhebecca Samilly Tinoco; SILVA, Elidiane Francisca; BARBOSA, Makarios Maia; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *A educação brasileira nos anos iniciais da Velha República (1890–1901): reformas Benjamin Constant e Eptácio Pessoa*. CONEDU, 2024.
- BOSSA, Nádia Aparecida. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-120.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Caminho da Escola*. Brasília: FNDE/MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), *a fim de definir diretrizes para o ensino médio*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm. Acesso em: 30 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cartilha Pé-de-Meia*. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/documentos/pe-de-meia.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-alfabetizado/como-funciona>. Acesso em: 5 jan. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Pé-de-Meia*. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/temas/pe-de-meia>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Maranhão. Lei Provincial nº 24, de 5 de julho de 1836. Cria oficialmente o município de Caxias.

CANDÁU, Vera Maria. *A didática em questão*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, Andressa Monteiro de. *História da Educação: Educação no Período Republicano*. Afya/Unigranrio, 2025.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. *Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de formação Política) - Escola de Governo de São Paulo, São Paulo, pp.26, 2004.

CASEY, B. J.; JONES, R. M.; SOMERVILLE, L. H. *Braking and Accelerating of the Adolescent Brain*. *Journal of Research on Adolescence*, v. 20, n. 1, p. 11–24, 2010.

COMENIUS, Iohannis Amos. *Didáctica Magna. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes*. Versão para eBook. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Constituição: direito à educação e organização da educação nacional*. São Paulo: Cortez, 2002.

CRUZ, Bruno Alves; PONTE, Graciete Dias. *A Contribuição da Sociologia para a Compreensão do Fracasso Educacional nas Escolas*. Revista Educação Sem Distância, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 2025.

DAYRELL, Juarez. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7b7h7JkKkYb7c7V7L7Jk7Jk/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2025.

DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, L. Carla. *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo* / Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 339 pp.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Gilberto de. *Juventude, escola e exclusão social*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/7b7h7JkKkYb7c7V7L7Jk7Jk/?lang=pt>>. Acesso em: 30 dez. 2025.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ESCOLAS.INFO. *Escolas da cidade de Caxias – MA*. Disponível em: <https://escolas.info/ma/caxias>. Acesso em: 07 jan. 2026.

FATURI, Rhuany. *A produção acadêmica brasileira sobre a educação na obra de Émile Durkheim*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves. *Federalismo e educação no Brasil republicano: dilemas da organização educacional (1889–1930)*. Acta Scientiarum Education, v. 38, n. 2, 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social*. Vol. 1. Traduzido por Paulo Astor Soethe. Sobre a crítica da razão funcionalista. Vol II. Traduzido por Flávio B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO BRASIL. *A Educação no Império: Escolas, Colégios e a Formação das Elites*. São Paulo: HMB, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades@*: Caxias (MA). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 13 jul. 2026.

- LDB: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANZINI, E. J. Entrevista Semi- estruturada: uma análise de objetivos e de roteiros. In: *seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.
- MEDINA, Gabriel. *Desafios do Brasil para incluir as juventudes*. Instituto Búzios, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.institutobuzios.org.br/desafios-do-brasil-para-incluir-as-juventudes/>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. *História da Educação no Brasil*. 2. ed. Fortaleza, CE: [s.n.], 2012. Licenciatura em Matemática.
- MELO, Kamylla Gontijo de; QUARENTA, Ednilson Aparecido. *Evasão escolar e a desumanização: um estudo à luz do pensamento de Paulo Freire*. FEBRACE – Mostra Virtual de Projetos, 2023. Disponível em: <https://virtual.febrace.org.br/2023/HUM/2555/>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de; SANTOS, Raquel Souza dos. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022). *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.215306>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/215306>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- MESQUITA, Cassia Souza de. Uma lacuna no caminho: estudos interrompidos no Ensino Médio. *REVISTA FESA Entre Polos e Confluências: diálogos acadêmicos multitemáticos*, periódico multidisciplinar da FESA educacional, março, 2025, v. 3, n. 24.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- OLIVEIRA, Thalles William Silva; VASCONCELOS, Yago da Costa; NASCIMENTO, Cristiane Alves do; VIEIRA, Francisca Gilmara de Mesquita. *Relato de experiência de estágio supervisionado: comparação do ensino nas escolas públicas e particulares e as consequências do novo ensino médio*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 9., 2025, Sobral. *Anais....* Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Realize Editora, 2025. ISSN 2358-8829. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/102751>>. Acesso em: 23 jun. 2026.

- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Estratégia e plano de ação para a saúde do adolescente e do jovem: relatório final*. Washington, D.C.: OPAS/OMS, 2018. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/documentos/cd57inf8-estrategia-e-plano-acao-para-saude-do-adolescente-e-do-jovem-relatorio-final>>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- PATTO, Maria Helena Souza (Org.). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. 682 p. ISBN 978-65-87596-33-4. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/9786587596334>>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- PERES, Tírsia Regazzini. *A educação brasileira no Império*. Acervo Digital UNESP, 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/105>>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS. História da cidade. Disponível em: <<https://caxias.ma.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2026.
- QUEIROZ, Christina. *Desafios da juventude no Brasil*. *Revista Pesquisa FAPESP*, n. 316, jun. 2022. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/desafios-da-juventude-no-brasil/>>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- RAMOS, M. B. J. As dificuldades de aprendizagem: leituras e desafios. In: LA ROSA, J. (Org.). *Psicologia e educação: o significado do aprender*. 9. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. p. 213-229.
- REIS, Ana Carolina Silva dos. *O papel das emoções dos alunos e professores no processo de ensino- aprendizagem*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2024.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSA, M. C. ., Silva, P. R. S. da, & Novaes, H. V. B. . (2023). *Evasão escolar: o impacto*. LIBERTAS: Revista De Ciências Sociais Aplicadas, 13(1). Recuperado de <<https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/377>>.
- SANTOS, Edvander Ramalho dos. *Desinteresse escolar: revisão de literatura (2007–2021) em teses, dissertações e artigos de periódicos da América Latina*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, e290078, 2024. DOI: 10.1590/s1413-24782024290078. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fDRHWsVDj9bR4Kp6TXs9bRD/?lang=pt>>. Acesso em: 23 jun. 2026.

- SANTOS, Araceli Vieira dos; PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. *Acesso e permanência na escola: uma análise histórica*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8635095> ([periodicos.sbu.unicamp.br in Bing](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8635095)). Acesso em: 23 jun. 2026.
- SANTOS, L. S. dos; XAVIER, G. F. de Q.; CORLETT, C. K. S.; RODRIGUES, J. M. C. *Educação inclusiva: importância e desafios da alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual*. International Contemporary Management Review, v. 6, n. 2, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.54033/icmr6n2-024>>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8635095> ([periodicos.sbu.unicamp.br in Bing](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8635095))>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SOARES, José Francisco. *Desigualdades educacionais no Brasil: desafios para a qualidade e equidade*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 607-627, maio/ago. 2017.
- SCIELO Brasil – *Revisão sistemática da literatura sobre o Novo Ensino Médio (2017–2023)* disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bTZ4QLXWksTvv96L48KBHhD/?lang=pt#top>>. Acesso em: 04 de jan. 2026.
- SILVA, Alessandra Pires da; SANTOS, Claitonei de Siqueira. *História da Educação no Brasil: Tentativas de Estruturação e Organização Escolar no Período Imperial*. Revista Eletrônica de Educação, 2015.
- SILVA, Luciano Rodrigues da; SILVA, Olímpia Vaz dos Santos. *Políticas públicas para combater a evasão escolar na educação básica*. Goiânia: Instituto Federal de Goiás, [2021]. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2906/3/tcc_Luciano%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2026.
- SOUSA, Laryssa Carvalho de; OLIVEIRA, Raimundo Matheus Costa; et al. *Ensino no Brasil Colônia e no Império: Uma Análise Histórica*. Anais do Congresso Nacional de Educação, 2018.

ZLUHAN, M. R.; SANTOS, A.; CORRÊA, S. de S. M. dos. *As juventudes e o Ensino Médio: perspectivas de futuro*. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 28, n. 00, e023017, 2024. e-ISSN 1519-9029.

Disponível em:< <https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.19448> ([doi.org in Bing](https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.19448))>.

Acesso em: 23 jun. 2026.

ANEXO A**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA -TCC****QUESTÕES PARA A ESCOLA****Nome da escola:****Surgimento da instituição:****Funcionamento (turmas/turnos):**

Qual a sua concepção de evasão escolar?

Existe evasão nessa instituição no período de 2020 até os dias atuais?

Quais os turnos que mais tem alunos evadidos?

Qual a iniciativa tomada para resolver essa problemática?

Tem alunos que retornaram para desse evadir?

Quais os motivos que levam esses alunos a evadirem?

PERGUNTAS PARA OS ALUNOS EVADIDOS QUE RETORNARAM**Idade:****Gênero:****Classe social:**

Qual a sua concepção de evasão?

Você já evadiu? Se sim, por quê?

O que sua família falou pela sua decisão de evadir? E quando decidiu retornar?

O que levou você a tomara a decisão de retornar para a escola?

O que você acredita que a escola poderia fazer para impedir a evasão dos alunos?

ALUNOS QUE EVADIRAM E NÃO VOLTARAM**Idade:****Gênero:****Classe social:**

Qual a sua concepção de evasão?

O que levou você a evadir da escola?

Qual foi a reação da sua família com essa decisão?

Você já pensou em voltar para escola?

Qual a importância da escola para a sociedade atual?

Qual é a visão da sua família em relação aos estudos?

Qual é a sua visão em relação ao estudo?



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA DO TCC

Eu, Cleia Maria Lima Azevedo, professora orientador/a do Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico: Daniele Silva da Conceição. Autorizo a defesa do TCC, intitulado Evasão dos alunos no ensino médio: uma análise sociológica para além da "falta de interesse" a ser defendido nos dias 07 e 08 de julho de 2026.

Caxias, Ma, 24/06/2026

Cleia Maria Lima Azevedo
Professora Orientador/a